Editora Solução
a solução para o seu concurso!

CUIABÁ - MT

Analista Legislativo – Assistente Social

SL-161OT-26
7901183012299

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de textos de variados gêneros discursivos 9
2. As condições de produção de um texto e as marcas composicionais de gêneros textuais diversos 12
3. Linguagem e adequação social: Variedades linguísticas e seus determinantes sociais, regionais, históricos e individuais 18
4. Registros formal e informal da linguagem 18
5. Aspectos linguísticos na construção do texto: Fonética: prosódia..... 21
6. Ortografia..... 22
7. Morfologia: formação, classificação e flexão das palavras. emprego de nomes, pronomes, conjunções, advérbios, modos e tempos verbais..... 26
8. Sintaxe: concordâncias verbal e nominaL 41
9. Regências verbal e nominal 45
10. Colocação pronominal 49
11. Semântica: polissemia, paronímia, homonímia, denotação e conotação..... 50
12. Textualidade: coesão, coerência 53
13. Intertextualidade 56
14. Argumentação 58
15. Pontuação 59
16. Tipos de discurso: direto e indireto 61

Raciocínio Lógico e Matemático

1. Operações com conjuntos 75
2. Raciocínio lógico numérico: problemas envolvendo operações com números reais 80
3. Raciocínio sequencial..... 83
4. Conceito de proposição: valores lógicos das proposições; conectivos, negação e tabela- verdade. Tautologias. Condição necessária e suficiente..... 88
5. Argumentação lógica, estruturas lógicas e diagramas lógicos..... 90
6. Equivalências e implicações lógicas 93
7. Quantificadores universal e existencial..... 99
8. Problemas de Contagem: Princípio Aditivo e Princípio Multiplicativo. Arranjos, combinações e permutações 101
9. Noções de Probabilidade 103

Noções de Informática

1. Microinformática: conceitos, hardware, software, dispositivos de entrada, saída e armazenamento..... 109
2. Sistemas operacionais: conceitos, recursos e uso do windows 10 e 11 e de distribuições linux..... 114
3. Pacotes de escritório: microsoft office/microsoft 365 (word, excel e powerpoint) e libreoffice 7 ou superior (writer, calc e impress): conceitos, recursos, atalhos de teclado e uso 135
4. Redes de computadores e internet: conceitos, protocolos, arquitetura tcp/ip, navegadores (microsoft edge, mozilla firefox e google chrome), correio eletrônico e ferramentas de colaboração..... 165
5. Computação em nuvem, armazenamento e serviços online 180
6. Redes sociais e comunicação digital 185

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

7. Segurança da informação: conceitos, ameaças (vírus, malware, phishing e engenharia social), backup, firewall, antivírus e autenticação em dois fatores 187
8. Noções da lei nº 13.709/2018 (Lei geral de proteção de dados pessoais) 200

Noções de Ética e Filosofia

1. Fundamentos da Filosofia 219
2. Filosofia moral: Ética ou filosofia moral 223
3. Consciência crítica e filosofia 227
4. A relação entre os valores éticos ou morais e a cultura 231
5. Juízos de fato ou de realidade e juízos de valor 235
6. Ética e cidadania 239
7. Racionalismo ético 243
8. Ética e liberdade 247

Relações Interpessoais

1. Relações Humanas/interpessoal 257
2. Comunicação Interpessoal 261
3. Característica de um bom atendimento 261
4. Postura Profissional 264
5. Integração 265
6. Empatia 269
7. Capacidade de ouvir 273
8. Argumentação Flexível 274

Noções de Administração Pública

1. Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios 281
2. Organização administrativa do Estado: Administração direta e indireta 283
3. Agentes públicos: espécies e classificação, poderes, deveres e prerrogativas cargo, emprego e função públicos 287
4. Poderes administrativos 291
5. Atos administrativos: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação 293
6. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo, controle judicial, controle legislativo, responsabilidade civil 297

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Conhecimentos Específicos
Analista Legislativo – Psicólogo

1. Fundamentos históricos, teórico-metodológicos e técnico-operativos do Serviço Social 305
2. Questão social e suas expressões contemporâneas 308
3. Lei nº 8.662/1993 (Regulamentação da Profissão) 309
4. Código de Ética Profissional do Assistente Social (Resolução CFESS nº 273/1993) 311
5. Seguridade Social e políticas públicas: saúde, previdência social e assistência social 311
6. Constituição Federal de 1988 (arts. 194 a 204) 315
7. Sistema Único de Assistência Social (SUAS) 321
8. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) 324
9. Política Nacional de Assistência Social (PNAS) 335
10. Proteção Social Básica e Proteção Social Especial 339
11. Planejamento, gestão, execução, monitoramento e avaliação de políticas sociais, planos, programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais 343
12. Instrumentais técnico-operativos do Serviço Social: estudo social, entrevista, visita domiciliar e institucional, parecer social, relatório social, perícia, laudo social e diagnóstico socioeconômico 345
13. Planejamento em serviço social e elaboração de projetos em matéria de serviço Social 349
14. Direitos humanos, cidadania, diversidade, família, violência, participação social e controle social das políticas públicas. 353
15. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) 357
16. Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) 398
17. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) 409
18. Controle Social, mobilização social e participação cidadã 428
19. Assessoria, consultoria, supervisão de estágio, trabalho interdisciplinar e atuação em equipes multiprofissionais 432
20. Pesquisa social, produção de conhecimento, elaboração de estudos, pareceres, laudos, relatórios e documentos técnicos em Serviço Social 434

Material Digital
História e Geografia de Mato Grosso

1. História e Geografia de Mato Grosso História de Mato Grosso: Período Colonial Os bandeirantes: escravidão indígena e exploração do ouro; A fundação de Cuiabá: Tensões políticas entre os fundadores e a administração colonial; A fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade e a criação da Capitania de Mato Grosso; A escravidão negra em Mato Grosso. Período Imperial 3
2. Período Imperial A crise da mineração e as alternativas econômicas da Província. A Rusga; Os quilombos em Mato Grosso. Os Presidentes de Província e suas realizações. A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e a participação de Mato Grosso. A economia de Mato Grosso após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. O fim do Império em Mato Grosso 7
3. Período Republicano O coronelismo em Mato Grosso. Economia de Mato Grosso na Primeira República: usinas de açúcar e criação de gado. Relações de trabalho em Mato Grosso na Primeira República. Mato Grosso durante a Era Vargas: política e economia. Política fundiária e as tensões sociais no campo. Os governadores estaduais e suas realizações 11
4. Tópicos relevantes e atuais de política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, ecologia e suas vinculações históricas 15

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

5. Geografia de Mato Grosso: Mato Grosso e a região Centro-Oeste. Geopolítica de Mato Grosso. Ocupação do território. Aspectos físicos e domínios naturais do espaço mato-grossense. Aspectos político-administrativos. Aspectos socioeconômicos de Mato Grosso. Formação étnica. Programas governamentais e fronteira agrícola mato-grossense. A economia do Estado no contexto nacional. A urbanização do Estado 16

Legislação

1. Lei Orgânica do Município de Cuiabá-MT 25
2. Regimento Interno da Câmara Municipal de Cuiabá (Resolução nº 08, de 15 de dezembro de 2016) 56
3. Lei Complementar nº 93, de 23 de junho de 2003 (Estatuto dos Servidores) 93
4. Lei Complementar nº 235, de 3 de junho de 2011 (Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Câmara Municipal), com as alterações da Lei Complementar nº 609/2026 116

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua "Área do Aluno" em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.
https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE VARIADOS GÊNEROS DISCURSIVOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

▸ **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais:verbais e não-verbais . Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

▸ **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

▪ **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.

▪ **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.

▪ **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

▪ **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

▸ **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

▪ **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.

▪ **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.

▪ **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

▪ **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.

▪ **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.

▪ **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

▸ **Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais**

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias , que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados , as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

OPERAÇÕES COM CONJUNTOS

A noção de A noção de conjunto está presente em muitos aspectos da vida, sejam eles cotidianos, culturais ou científicos. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar a lista de amigos para uma festa, agrupar os dias da semana ou simplesmente fazer grupos.

Os componentes de um conjunto são chamados de elementos.

Para enumerar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

- **Representações**

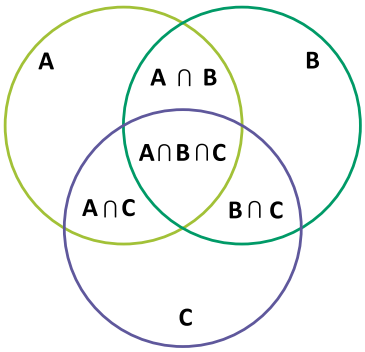
Pode ser definido por:

▪ **Enumerando todos os elementos do conjunto:** S={1, 3, 5, 7, 9}

▪ **Simbolicamente:** B={x∈N|x<8}, enumerando esses elementos temos:

B={0,1,2,3,4,5,6,7}

- **Diagrama de Venn**



Há também um conjunto que não contém elemento e é representado da seguinte forma: S = ∅ ou S = { }.

Quando todos os elementos de um conjunto A pertencem também a outro conjunto B, dizemos que:

A é subconjunto de B

Ou A é parte de B

A está contido em B; escrevemos: A ⊂ B

Se existir pelo menos um elemento de A que não pertence a B: A ⊄ B

- **Símbolos**

∈: pertence

∉: não pertence

⊂: está contido

⊄: não está contido

⊃: contém

⊅: não contém

/: tal que

⟹: implica que

⇔: se e somente se

∃: existe

∄: não existe

∀: para todo (ou qualquer que seja)

∅: conjunto vazio

N: conjunto dos números naturais

Z: conjunto dos números inteiros

Q: conjunto dos números racionais

Q'=I: conjunto dos números irracionais

R: conjunto dos números reais

IGUALDADE

- **Propriedades básicas da igualdade**

Para todos os conjuntos A, B e C, para todos os objetos x ∈ U, temos que:

(1) A = A.

(2) Se A = B, então B = A.

(3) Se A = B e B = C, então A = C.

(4) Se A = B e x ∈ A, então x∈ B.

Se A = B e A ∈ C, então B ∈ C.

Dois conjuntos são iguais se, e somente se, possuem exatamente os mesmos elementos. Em símbolos:

Para saber se dois conjuntos A e B são iguais, precisamos saber apenas quais são os elementos.

Não importa a ordem:

A={1,2,3} e B={2,1,3}

Não importa se há repetição:

A={1,2,2,3} e B={1,2,3}

CLASSIFICAÇÃO

- **Definição**

Chama-se cardinal de um conjunto, e representa-se por #, ao número de elementos que ele possui.

Exemplo:

Por exemplo, se A = {45, 65, 85, 95} então #A = 4.

- **Definições**

Dois conjuntos dizem-se equipotentes se têm o mesmo cardinal.

Um conjunto diz-se

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

a) infinito quando não é possível enumerar todos os seus elementos

b) finito quando é possível enumerar todos os seus elementos

c) singular quando é formado por um único elemento

d) vazio quando não tem elementos

Exemplos:

N é um conjunto infinito (O cardinal do conjunto N (#N) é infinito (∞));
A = {½, 1} é um conjunto finito (#A = 2);
B = {Lua} é um conjunto singular (#B = 1)
{ } ou ∅ é o conjunto vazio (#∅ = 0)

- **Pertinência**

O conceito básico da teoria dos conjuntos é a relação de pertinência representada pelo símbolo ∈. As letras minúsculas designam os elementos de um conjunto e as maiúsculas, os conjuntos. Assim, o conjunto das vogais (V) é:

V={a,e,i,o,u}
A relação de pertinência é expressa por: a∈V
A relação de não-pertinência é expressa por:b∉V, pois o elemento b não pertence ao conjunto V.

- **Inclusão**

A relação de inclusão possui 3 propriedades:
Propriedade reflexiva: A⊂A, isto é, um conjunto sempre é subconjunto dele mesmo.
Propriedade antissimétrica: se A⊂B e B⊂A, então A=B
Propriedade transitiva: se A⊂B e B⊂C, então, A⊂C.

Operações

- **União**

Dados dois conjuntos A e B, existe sempre um terceiro formado pelos elementos que pertencem a pelo menos um dos conjuntos a que chamamos conjunto união e representamos por: A∪B.

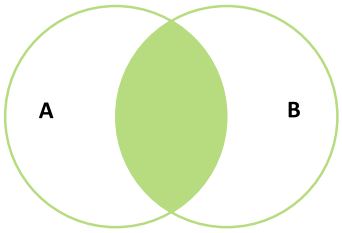
Formalmente temos: A∪B={x|x ∈ A ou x ∈ B}

Exemplo:

A={1,2,3,4} e B={5,6}
A∪B={1,2,3,4,5,6}

- **Interseção**

A interseção dos conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que são ao mesmo tempo de A e de B, e é representada por: A∩B. Simbolicamente: A∩B={x|x∈A e x∈B}



Exemplo:

A={a,b,c,d,e} e B={d,e,f,g}
A∩B={d,e}

- **Diferença**

Uma outra operação entre conjuntos é a diferença, que a cada par A, B de conjuntos faz corresponder o conjunto definido por: A – B ou A\B que se diz a diferença entre A e B ou o complementar de B em relação a A.
A este conjunto pertencem os elementos de A que não pertencem a B.
A\B = {x : x∈A e x∉B}.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

MICROINFORMÁTICA: CONCEITOS, HARDWARE, SOFTWARE, DISPOSITIVOS DE ENTRADA, SAÍDA E ARMAZENAMENTO

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve o uso de computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não se limita ao uso de computadores pessoais, pois também está presente em celulares, caixas eletrônicos, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

O termo “informação” é essencial para compreender essa área. Dados isolados, como números, letras ou símbolos, passam a ter valor quando são organizados e interpretados dentro de um contexto. Um computador, por exemplo, pode receber os dados de uma planilha de notas escolares, processá-los e gerar médias, relatórios e gráficos. Nesse processo, a informática transforma dados brutos em informações compreensíveis e úteis para a tomada de decisões.

▸ Diferença entre hardware e software

Componentes físicos e componentes lógicos

Em um sistema computacional, hardware e software são elementos complementares. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, tudo aquilo que pode ser tocado, como monitor, teclado, mouse, placa-mãe, processador, memória, impressora, gabinete, cabos e demais dispositivos. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

Para compreender essa diferença de modo didático, pode-se comparar o computador a um corpo organizado. O hardware seria a estrutura física, composta por peças e dispositivos. O software seria o conjunto de comandos e regras que permite a essa estrutura executar tarefas. Um computador sem software é apenas um conjunto de componentes eletrônicos sem orientação funcional; por outro lado, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado.

A tabela a seguir sintetiza as principais diferenças entre hardware e software, permitindo visualizar de maneira objetiva como esses dois elementos se distinguem e, ao mesmo tempo, se complementam no funcionamento do computador.

Aspecto comparado	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visualizado fisicamente	Não pode ser tocado; existe como instruções, códigos e programas
Função principal	Executar fisicamente as operações e permitir a interação com o sistema	Orientar, controlar e organizar o funcionamento do hardware
Exemplos	Teclado, mouse, monitor, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus, aplicativos e jogos
Dependência	Precisa de software para executar tarefas úteis	Precisa de hardware para ser instalado, executado e utilizado
Tipo de problema comum	Falha física, mau contato, superaquecimento, desgaste ou quebra de componente	Erro de instalação, travamento, vírus, incompatibilidade ou falha de atualização

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

- **Relação de dependência entre hardware e software**

Funcionamento integrado do sistema computacional

Hardware e software dependem um do outro para que o computador funcione corretamente. Quando o usuário abre um programa, como um navegador de internet, o software envia instruções ao sistema operacional, que organiza o uso do processador, da memória, do armazenamento e dos dispositivos de rede. O hardware executa fisicamente essas operações, enquanto o software coordena o que deve ser feito.

Essa integração ocorre continuamente, mesmo em tarefas simples. Ao digitar uma palavra, o teclado envia sinais ao computador; o sistema interpreta esses sinais; o processador realiza operações; a memória guarda temporariamente as informações; e o monitor exibe o resultado. Assim, cada ação do usuário envolve uma sequência coordenada entre componentes físicos e instruções lógicas.

- **Ciclo básico de funcionamento de um sistema computacional**

Entrada, processamento, armazenamento e saída

O funcionamento básico de um sistema computacional pode ser compreendido por meio de quatro etapas principais: entrada, processamento, armazenamento e saída. Na entrada, o computador recebe dados por meio de dispositivos como teclado, mouse, microfone, câmera ou scanner. No processamento, o processador e a memória trabalham com esses dados conforme as instruções do software. No armazenamento, as informações podem ser guardadas temporariamente na memória ou de forma permanente em unidades como HD, SSD ou serviços em nuvem. Por fim, na saída, o resultado é apresentado ao usuário por meio do monitor, impressora, alto-falantes ou outros dispositivos.

Esse ciclo permite entender que o computador não “pensa” sozinho; ele executa instruções previamente definidas. Sua eficiência depende da qualidade do hardware, da adequação do software e da forma como ambos interagem. Por isso, conhecer os fundamentos de hardware e software é indispensável para usar, manter, avaliar e solucionar problemas em sistemas computacionais.

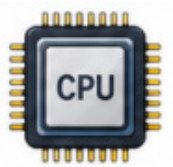
HARDWARE: COMPONENTES FÍSICOS DO COMPUTADOR

- **Conceito de hardware**

Parte física do sistema computacional

Hardware é o conjunto de componentes físicos que formam um computador ou dispositivo digital. Ele inclui peças internas, periféricos, cabos, placas, unidades de armazenamento e equipamentos de comunicação. Diferentemente do software, que corresponde aos programas e instruções, o hardware é a parte material do sistema, isto é, aquilo que pode ser tocado, conectado, substituído ou reparado.

A tabela a seguir organiza os principais grupos de hardware de forma didática, relacionando cada grupo à sua função no funcionamento do computador.

Grupo de hardware	Função	Exemplos
Processamento 	Executa instruções e operações lógicas.	Processador e placa de vídeo. 
Memória e armazenamento 	Guarda dados temporários ou permanentes.	RAM, ROM, HD, SSD e pen drive. 

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE ÉTICA E FILOSOFIA

FUNDAMENTOS DA FILOSOFIA

O NASCIMENTO DA INVESTIGAÇÃO FILOSÓFICA

O pensamento filosófico começa quando uma experiência aparentemente familiar deixa de ser aceita como evidente. Perguntar pela origem das coisas, pelas razões de uma conduta ou pelo significado de uma palavra implica reconhecer que a primeira resposta disponível talvez não seja suficiente. Essa atitude não depende de possuir conhecimentos especializados: depende de transformar a surpresa em investigação, examinar justificações e admitir a possibilidade de corrigir uma convicção.

- **Da experiência de estranhamento à pergunta**

O estranhamento filosófico não é simples perplexidade diante do desconhecido. Ele ocorre também quando hábitos comuns revelam questões profundas. A afirmação de que uma decisão foi justa, por exemplo, suscita perguntas acerca da igualdade entre as pessoas, da pertinência dos critérios adotados e da diferença entre agir conforme uma regra e agir corretamente. Uma situação concreta pode, assim, abrir problemas de alcance geral.

Admirar não é apenas surpreender-se

A admiração pode estimular curiosidade passageira, mas adquire alcance filosófico quando conduz à busca persistente de razões. Diante de um eclipse, comerciantes de uma cidade antiga poderiam sentir medo, interpretar o acontecimento por tradições recebidas ou investigar sua ocorrência como fenômeno natural. As respostas expressariam maneiras diferentes de relacionar experiência e explicação. A reflexão filosófica pergunta ainda por que determinada interpretação merece confiança, quais pressupostos sustenta e que argumentos a tornam aceitável. Não basta trocar uma narrativa por outra: importa compreender os critérios empregados para considerar uma afirmação verdadeira. Nesse sentido, o espanto inaugura uma atividade intelectual disciplinada, capaz de transformar uma ocorrência particular em problemas sobre causalidade, conhecimento e crença.

O problema antes da resposta

Uma pergunta bem delimitada organiza aquilo que poderá contar como resposta pertinente. Indagar se uma autoridade tomou a melhor decisão exige esclarecer o sentido de melhor: maior rapidez, menor custo, distribuição equitativa ou proteção dos envolvidos. Sem essa distinção, pessoas podem discutir longamente enquanto respondem a problemas diferentes. A formulação filosófica identifica alternativas, verifica se os termos são usados de modo consistente e explicita o que permanece controverso. Ela também distingue questões que podem ser resolvidas por observação, como a duração de um evento, daquelas que exigem discussão conceitual, como a legitimidade de uma obrigação. Essa separação não estabelece superioridade de uma forma de conhecimento sobre outra; mostra que diferentes perguntas demandam procedimentos adequados.

- **Narrativas tradicionais e explicações argumentadas**

Os seres humanos elaboram sentidos para sua existência por meio de histórias, imagens, crenças e reflexões. A passagem histórica para formas sistemáticas de argumentação não elimina as tradições anteriores. Ela introduz uma exigência própria: submeter certas afirmações à discussão pública e buscar razões que possam ser examinadas por interlocutores com experiências distintas.

Mito como linguagem cultural

As narrativas míticas organizam experiências coletivas, explicam origens, estabelecem vínculos entre gerações e expressam valores. Seu significado não se reduz a erro factual, pois um relato pode desempenhar funções simbólicas e orientar práticas culturais sem pretender funcionar como descrição científica. Interpretar um mito como manifestação da imaginação social é diferente de tratá-lo como hipótese empírica. Essa distinção permite reconhecer sua importância sem confundir funções expressivas, normativas e explicativas. Quando uma comunidade associa um fenômeno celeste a determinada narrativa, a investigação filosófica pode perguntar tanto pelo sentido cultural dessa associação quanto pela natureza da afirmação que está sendo feita sobre o mundo.

Investigação racional e debate grego

Na Grécia antiga, diferentes pensadores passaram a propor explicações argumentadas para a natureza, a mudança e a vida humana. Tales de Mileto está associado à busca de princípios naturais; Sócrates tornou o exame dialogado de conceitos morais uma marca de sua atividade; Platão e Aristóteles desenvolveram investigações abrangentes sobre realidade e conhecimento. Não se tratou de uma substituição instantânea de todo pensamento mítico por um raciocínio uniforme. Houve convivência, tensões e transformações graduais entre tradições. O elemento decisivo para caracterizar a atividade filosófica é a exposição das ideias à crítica, com argumentos passíveis de contestação e aperfeiçoamento.

As diferenças entre formas de explicação tornam-se mais claras quando se observam suas finalidades predominantes e os tipos de justificativa utilizados.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Forma de explicação	Finalidade predominante	Base de sustentação	Possibilidade de revisão
Narrativa mítica	Expressar sentidos e origens coletivas	Tradição simbólica e pertencimento	Reinterpretação cultural
Investigação filosófica	Esclarecer conceitos e fundamentos	Argumentos e exame de pressupostos	Objeções e reformulação racional
Investigação científica	Explicar processos observáveis	Evidências e procedimentos controláveis	Testes e novas observações

A comparaçã
o não estabelece fronteiras absolutamente impermeáveis. Um cientista precisa refletir sobre conceitos e inferências, enquanto um filósofo pode considerar dados empíricos relevantes. O cuidado está em não exigir de uma narrativa simbólica o mesmo que se exige de uma medição, nem imaginar que uma medição determine por si só o sentido moral de uma escolha. Cada empreendimento tem perguntas próprias e pode dialogar com os demais.

Problemas centrais do pensamento filosófico

A atividade filosófica abrange perguntas relativas ao que existe, ao modo como conhecemos, à organização da convivência e ao valor das ações humanas. Essas questões atravessam situações concretas, mas não se esgotam nelas. O alcance de um problema filosófico decorre da possibilidade de investigar princípios que permanecem relevantes mesmo quando mudam os objetos e as circunstâncias inicialmente considerados.

▸ Ser, mudança e identidade

A reflexão sobre a realidade examina o que significa dizer que algo existe e permanece o mesmo. Objetos podem mudar de forma, função ou composição; pessoas alteram hábitos e opiniões; instituições modificam procedimentos. Diante dessas transformações, surgem dificuldades para determinar quais características são essenciais e quais podem variar sem destruir uma identidade.

A persistência de um objeto transformado

Considere um barco restaurado ao longo de muitos anos. Suas tábuas são substituídas gradualmente, o casco recebe novas peças e, ao final, nenhum componente original permanece. Ainda seria o mesmo barco? Uma resposta pode privilegiar a continuidade histórica de uso; outra, a permanência da matéria; outra, a função e a organização de suas partes. O desacordo demonstra que identidade não é sempre uma propriedade imediatamente reconhecida pelos sentidos. Pode depender de critérios, e esses critérios variam conforme a finalidade da identificação. No registro de um patrimônio histórico, a procedência das peças importa de modo especial; no transporte cotidiano, condições de funcionamento e segurança podem ganhar maior peso. A análise filosófica torna explícitas essas escolhas conceituais.

A realidade para além da aparência

Perceber algo não equivale necessariamente a compreendê-lo como ele é. Uma superfície metálica pode parecer quebrada quando refletida na água, embora não esteja fisicamente deformada. Esse exemplo simples conduz à distinção entre aparência sensível e características do objeto. Parmênides e Heráclito, no pensamento grego, exemplificam perspectivas distintas sobre permanência e transformação; a tradição posterior desenvolveu múltiplas respostas para a relação entre mudança e ser. Nenhuma dessas questões se encerra afirmando que os sentidos sempre enganam. As percepções fornecem informações indispensáveis, mas podem exigir correção, comparação e interpretação. A investigação pergunta como organizar experiências variadas em uma compreensão coerente da realidade.

▸ Conhecer, justificar e duvidar

Nem toda crença verdadeira é sustentada por boas razões. Uma pessoa pode acertar por acaso, repetir informação confiável sem entender seu fundamento ou estar convencida de algo que não corresponde aos fatos. A teoria do conhecimento examina justamente as relações entre acreditar, justificar e conhecer.

Crença e justificação

Suponha que alguém afirme ter visto um fenômeno raro no céu. O relato envolve percepção e convicção pessoal, mas sua avaliação pode depender de condições de iluminação, registros independentes e interpretações alternativas. A filosofia pergunta em que momento uma crença passa a ser racionalmente justificada e quais limites cercam o testemunho. Há diferença entre desconfiar de todo relato e exigir razões proporcionais à relevância da afirmação. Também é necessário reconhecer que boa parte do conhecimento cotidiano depende da confiança em outras pessoas e em procedimentos coletivos. A tarefa filosófica não consiste em eliminar essa dependência, e sim em compreender quando ela é razoável.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

RELAÇÕES INTERPESSOAIS

RELAÇÕES HUMANAS/INTERPESSOAL

Fundamentos da convivência e da interação humana

A vida coletiva se forma por encontros reiterados em que cada pessoa interpreta comportamentos, apresenta necessidades e ajusta suas ações às dos demais. A convivência não depende apenas de simpatia: envolve expectativas sobre horários, compromissos, formas de tratamento e uso de recursos comuns. Mesmo uma interação breve, como pedir informação a um funcionário de um centro cultural, contém papéis reconhecíveis, um objetivo imediato e a possibilidade de entendimento ou desencontro. Os vínculos se tornam mais estáveis quando as pessoas percebem consistência entre o que foi comunicado e o que efetivamente acontece. Em ambientes de convivência prolongada, pequenos episódios acumulam significado e influenciam a disposição para futuros contatos.

- **Interdependência e construção dos vínculos**

Uma relação humana é uma ligação construída por interações nas quais a conduta de uma pessoa produz consequências para outra. Há relações familiares, comunitárias, profissionais, de vizinhança e de atendimento, cada qual marcada por graus diferentes de proximidade, escolha e responsabilidade. Na equipe de um centro cultural, por exemplo, a alteração do uso de uma sala interfere na oficina, no serviço de limpeza e no trabalho de quem recebe visitantes. Os envolvidos não precisam ter amizade para agir com consideração recíproca. Precisam, entretanto, reconhecer que suas decisões alcançam outras pessoas. Quando essa interdependência fica invisível, surgem cobranças inesperadas e avaliações injustas sobre o comportamento alheio.

Reciprocidade, papéis e expectativas

Reciprocidade não significa que todas as pessoas devam oferecer exatamente o mesmo tipo de ajuda. Significa reconhecer obrigações compatíveis com os papéis assumidos e responder de maneira proporcional às necessidades da situação. Quem administra reservas precisa informar alterações; quem utiliza a sala deve respeitar as condições acordadas; quem é afetado por uma mudança tem legitimidade para solicitar esclarecimentos. A expectativa torna-se problemática quando permanece implícita: uma pessoa considera evidente que outra avisará sobre o atraso, enquanto a segunda acredita que bastará chegar e explicar. Tornar os compromissos expressos reduz a distância entre intenções e efeitos. Também evita confundir cordialidade com ausência de limites: uma resposta respeitosa pode incluir uma recusa fundamentada.

A qualidade do vínculo depende ainda da história das interações. Uma falha isolada, acompanhada de reconhecimento e reparação, costuma adquirir significado diferente de uma sequência de promessas não cumpridas. A confiança se desenvolve quando há previsibilidade suficiente para que as pessoas coordenem suas ações, mas não exige concordância sobre todos os assuntos. Na prática, a convivência exige margem para negociar prioridades e corrigir interpretações. Desentendimentos não indicam necessariamente incapacidade de conviver; podem revelar que os papéis, os recursos ou os limites do acordo foram definidos de forma incompleta.

- **Percepções, necessidades e padrões de convivência**

A interpretação de um comportamento é influenciada por hábitos, experiências anteriores e condições do momento. O silêncio de um colega pode expressar concentração, desconforto, cansaço ou simples preferência por falar pouco. Atribuir-lhe automaticamente desinteresse transforma uma observação em julgamento. O mesmo ocorre em uma moradia compartilhada quando moradores associam uma bancada desorganizada a falta de respeito, embora nunca tenham combinado qual padrão de limpeza utilizar. Há um fato observável, mas o significado atribuído a ele depende de referências distintas. A convivência melhora quando se distingue o que ocorreu da explicação imaginada para o ocorrido.

Interpretações distintas de um comportamento

No exemplo da cozinha comunitária, uma moradora limpa imediatamente os utensílios e outra os organiza para lavar ao final da refeição. A divergência pode crescer se uma disser que a outra é descuidada e receber como resposta que está sendo controladora. O problema deixa de ser o estado da pia e passa a envolver a identidade das pessoas. Uma abordagem mais produtiva descreve a situação concreta, explica seus efeitos e propõe uma regra viável para ambas: liberar a área de preparo em determinado momento ou dividir tarefas de forma previsível. A negociação alcança melhor resultado quando as necessidades são nomeadas sem serem tratadas como defeitos de caráter.

Na história da administração, a Escola das Relações Humanas valorizou o papel dos vínculos e dos grupos informais no trabalho. Elton Mayo é associado a essa corrente e às investigações de Hawthorne, que contribuíram para ampliar a atenção às dimensões sociais das organizações. Esse marco não autoriza concluir que cordialidade, isoladamente, garanta bons resultados: recursos, condições materiais e responsabilidades continuam relevantes. Convém, portanto, distinguir cordialidade, intimidade e cooperação funcional. A primeira se mostra no

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

trato respeitoso; a segunda, no compartilhamento voluntário de aspectos pessoais; a terceira, na articulação de condutas para uma finalidade. Uma pessoa reservada pode colaborar plenamente sem oferecer proximidade emocional, enquanto dois amigos talvez precisem de regras explícitas para realizar uma tarefa conjunta.

Comunicação e produção de entendimento

Comunicar envolve sinais interpretados por outra pessoa em um contexto próprio e com informações por vezes incompletas. Uma mensagem pode ser gramaticalmente clara e ainda assim gerar consequências indesejadas por não indicar prazo, destinatário ou providência esperada. Na organização de serviços, falhas de comunicação frequentemente se manifestam como retrabalho: alguém age com base em uma versão antiga de um combinado, enquanto outros imaginam que a mudança já era conhecida. O entendimento requer atenção simultânea ao conteúdo, ao canal utilizado, às condições de recepção e à possibilidade de conferir o sentido atribuído à mensagem.

▸ Mensagens verbais e sinais não verbais

A expressão verbal utiliza palavras faladas ou escritas; a não verbal compreende gestos, postura, ritmo de fala, expressão facial e outros sinais que acompanham a interação. Esses elementos podem reforçar uma orientação ou criar ambiguidade. Um aviso de mudança de horário transmitido ao telefone, por exemplo, depende da clareza da informação e das condições de escuta. Se a ligação ocorre em lugar ruidoso, a pessoa pode registrar o dia corretamente e compreender a hora de modo equivocado. Já uma expressão facial que parece impaciente pode ter causas alheias à conversa. Por isso, nenhum gesto isolado constitui evidência suficiente para determinar a intenção de alguém.

Ruído, contexto e interpretação

Ruído é qualquer interferência que prejudique a compreensão da mensagem, e não apenas um som externo. Há ruídos físicos, como uma conexão instável; semânticos, quando uma palavra possui sentidos diferentes; e contextuais, quando o destinatário desconhece uma informação que o emissor considerou óbvia. Ao comunicar uma alteração de funcionamento, especificar local, data, horário e público afetado reduz margem para equívoco. Quando a mensagem produz obrigação duradoura, um registro escrito acessível ajuda a consultar o acordo posteriormente. Entretanto, escrever não substitui a necessidade de esclarecer dúvidas, especialmente quando o vocabulário empregado é técnico ou desconhecido dos participantes.

Os meios de contato têm potencialidades e limitações diferentes. A escolha deve levar em conta urgência, complexidade do assunto, necessidade de registro e possibilidade de interação imediata. A comparação evidencia por que uma mesma orientação pode exigir mais de um recurso comunicativo.

Meio de comunicação	Potencial principal	Limitação frequente	Cuidado concreto
Conversa presencial	Permite perguntas e ajuste imediato da mensagem	Pode não deixar registro duradouro	Confirmar decisões e responsáveis ao encerrar
Ligação telefônica	Facilita esclarecimento rápido à distância	Informações detalhadas podem ser esquecidas	Repetir dados essenciais e registrar o combinado
Mensagem escrita	Preserva instruções e facilita consulta posterior	Tom e intenção podem ser mal interpretados	Indicar contexto, ação requerida e prazo

A conversa presencial é vantajosa para assuntos delicados, mas não garante compreensão por si só. A comunicação escrita contribui para a continuidade do trabalho quando pessoas atuam em turnos distintos, desde que o texto seja suficiente para orientar a ação. Já o telefone pode resolver urgências sem produzir um histórico completo. Unir esclarecimento oral e confirmação escrita ajuda a evitar que orientações provisórias sejam confundidas com decisões definitivas.

▸ Escuta, devolutiva e pactuação

Escutar ativamente exige acompanhar o conteúdo, identificar pontos insuficientemente definidos e abrir espaço para correções. Isso não se confunde com concordar de imediato nem com permanecer em silêncio enquanto se prepara uma resposta. Na equipe de um arquivo, a transferência de pastas sem identificação pode gerar acusações entre quem envia e quem recebe documentos. Antes de concluir que alguém foi negligente, os profissionais precisam estabelecer quais informações deveriam acompanhar cada remessa, em que momento a conferência ocorreria e quem registraria uma divergência. A conversa produtiva desloca o foco da intenção presumida para o processo verificável.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITOS, ELEMENTOS, PODERES E ORGANIZAÇÃO; NATUREZA, FINS E PRINCÍPIOS

Estado, Governo e Administração Pública: noções fundamentais

- **Conceito de Estado**

Estrutura política, jurídica e territorial

O Estado é a organização política e jurídica formada para ordenar a vida em sociedade, exercer autoridade sobre determinado território e buscar a realização do interesse público. No Direito Administrativo, o Estado é compreendido como pessoa jurídica de Direito Público, capaz de adquirir direitos, assumir obrigações, prestar serviços, editar normas, exercer poderes e responder por seus atos.

O Estado não se confunde com Governo nem com Administração Pública. Ele é a estrutura permanente. O Governo corresponde à direção política temporária dessa estrutura. A Administração Pública é o conjunto de órgãos, entidades e agentes que executam concretamente as atividades administrativas.

- **Elementos constitutivos do Estado**

Povo, território e soberania

Tradicionalmente, o Estado é formado por três elementos essenciais: povo, território e soberania. O povo representa o elemento humano, isto é, o conjunto de pessoas vinculadas juridicamente ao Estado. O território é o espaço físico sobre o qual o Estado exerce sua autoridade. A soberania é o poder de autodeterminação, que permite ao Estado organizar-se internamente e relacionar-se externamente com independência.

Elemento	Significado
Povo	Conjunto de pessoas vinculadas ao Estado
Território	Espaço onde o Estado exerce sua autoridade
Soberania	Poder de autodeterminação política e jurídica

- **Finalidade do Estado**

Realização do interesse público

A finalidade do Estado é promover o bem comum, organizar a convivência social, garantir direitos, manter a ordem jurídica e prestar atividades necessárias à coletividade. Para isso, utiliza o Governo como centro de direção política e a Administração Pública como instrumento de execução prática das decisões estatais.

Governo: conceito, função política e direção do Estado

- **Conceito de Governo**

Comando político do Estado

Governo é o conjunto de órgãos e agentes responsáveis pela direção política do Estado. Ele define prioridades, estabelece programas, conduz políticas públicas e orienta a atuação estatal conforme o projeto político escolhido legitimamente. Enquanto o Estado é permanente, o Governo é temporário, pois muda conforme eleições, mandatos e alternância de poder.

O Governo exerce função política, ligada às grandes escolhas estatais, como definição de políticas econômicas, sociais, educacionais, sanitárias e administrativas. A Administração Pública, por sua vez, executa essas decisões de modo técnico, jurídico e contínuo, obedecendo à lei e aos princípios administrativos.

- **Governo e Administração Pública**

Direção política e execução administrativa

A distinção entre Governo e Administração Pública é essencial. O Governo decide os rumos políticos do Estado; a Administração executa, concretiza e operacionaliza essas decisões. Assim, políticas públicas podem nascer de escolhas governamentais, mas sua execução depende da estrutura administrativa.

Elemento	Característica principal
Estado	Estrutura jurídica e política permanente
Governo	Direção política temporária
Administração Pública	Execução técnica e administrativa das funções públicas

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

- **Formas de organização política**

Formas de governo, sistemas de governo e formas de Estado

As formas de governo indicam como ocorre a relação entre governantes e governados, destacando-se república e monarquia. Os sistemas de governo tratam da relação entre os Poderes Executivo e Legislativo, como presidencialismo e parlamentarismo. Já as formas de Estado indicam a organização territorial do poder, como Estado unitário e federação.

No Brasil, adota-se a forma republicana de governo, o sistema presidencialista e a forma federativa de Estado. Essa estrutura influencia diretamente a organização administrativa, pois distribui competências entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Administração Pública: sentidos, funções e organização

- **Sentidos da Administração Pública**

Sentido subjetivo e sentido objetivo

A Administração Pública pode ser compreendida em dois sentidos principais. Em sentido subjetivo, orgânico ou formal, representa o conjunto de órgãos, entidades e agentes responsáveis pelo exercício da função administrativa. Nesse caso, observa-se quem atua: ministérios, secretarias, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e servidores públicos.

Em sentido objetivo, material ou funcional, Administração Pública significa a própria atividade administrativa. Nesse enfoque, não se analisa quem executa, mas o que é executado: prestação de serviços públicos, exercício do poder de polícia, fomento, intervenção administrativa, fiscalização e gestão de bens e interesses públicos.

Sentido	Foco principal	Exemplo
Subjetivo	Quem exerce a função administrativa	Órgãos, entidades e agentes
Objetivo	Qual atividade é exercida	Serviço público, fiscalização e fomento

- **Função administrativa**

Execução concreta do interesse público

A função administrativa consiste na atividade concreta, direta e contínua desenvolvida pelo Estado para atender às necessidades coletivas. Ela se diferencia da função legislativa, que cria normas gerais, e da função jurisdicional, que resolve conflitos com definitividade. A Administração Pública atua executando a lei, prestando serviços, organizando estruturas, controlando atividades privadas e protegendo o patrimônio público.

- **Organização administrativa**

Administração direta e indireta

A Administração direta é formada pelos entes políticos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Dentro deles existem órgãos públicos, sem personalidade jurídica própria, responsáveis pela execução de competências internas.

A Administração indireta é formada por entidades com personalidade jurídica própria, criadas ou autorizadas para desempenhar atividades específicas. Inclui autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Essa divisão permite distribuir tarefas, especializar funções e tornar a atuação administrativa mais eficiente.

Princípios da Administração Pública

- **Importância dos princípios administrativos**

Base de validade da atuação estatal

Os princípios da Administração Pública orientam, limitam e controlam a atuação administrativa. Eles servem como critérios de interpretação das leis, fundamento de validade dos atos administrativos e parâmetro para verificar se a conduta do agente público respeita o interesse público. Mesmo quando a Administração possui certa margem de escolha, essa liberdade deve ser exercida conforme os princípios administrativos.

- **Princípios expressos**

Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

Os princípios expressos são aqueles previstos de forma direta no texto constitucional. Eles formam a base mínima obrigatória da atuação administrativa e devem ser observados por todos os Poderes, órgãos, entidades e agentes no exercício da função administrativa.

Princípio	Ideia central
Legalidade	A Administração só pode agir conforme o Direito
Impessoalidade	A atuação deve buscar finalidade pública, sem favorecimentos
Moralidade	O ato deve respeitar ética, probidade e boa-fé
Publicidade	Os atos devem ser transparentes, salvo sigilo legítimo
Eficiência	A atuação deve buscar qualidade, resultado e boa gestão

- **Princípios implícitos**

Controle, equilíbrio e proteção do interesse público

Além dos princípios expressos, existem princípios implícitos igualmente obrigatórios. A supremacia do interesse público justifica prerrogativas administrativas quando necessárias à coletividade. A indisponibilidade do interesse público impede que o gestor trate bens, direitos e poderes públicos como interesses

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICO-METODOLÓGICOS E TÉCNICO-OPERATIVOS DO SERVIÇO SOCIAL

Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social

▸ A questão social e a origem da profissão

Capitalismo, desigualdade e intervenção social

O Serviço Social deve ser compreendido como uma profissão historicamente determinada. Seu surgimento não decorreu apenas da evolução da caridade ou da intenção individual de ajudar pessoas em situação de pobreza. A profissão se constituiu no contexto de consolidação da sociedade capitalista, especialmente quando a industrialização, a urbanização e a expansão do trabalho assalariado intensificaram conflitos e desigualdades.

A produção capitalista é organizada pela apropriação privada dos meios de produção e pela compra da força de trabalho. Embora a produção da riqueza seja coletiva, sua apropriação é desigual. Dessa contradição emergem manifestações como pobreza, desemprego, precarização laboral, ausência de moradia, insegurança alimentar, violência e dificuldade de acesso a serviços públicos. O conjunto dessas manifestações, relacionado aos conflitos entre capital e trabalho, é denominado questão social.

À medida que os conflitos sociais se ampliaram, a questão social deixou de ser tratada exclusivamente como problema moral ou responsabilidade individual. O Estado, as empresas, as instituições religiosas e as organizações assistenciais passaram a desenvolver ações sistemáticas voltadas à população trabalhadora. Nesse contexto, foram criadas políticas, serviços e instituições que necessitavam de trabalhadores especializados, favorecendo a profissionalização do Serviço Social.

▸ Institucionalização e assalariamento

Inserção na divisão social e técnica do trabalho

O assistente social passou a atuar em instituições responsáveis pela execução de políticas sociais, benefícios, programas assistenciais e ações educativas. A profissão integrou-se à divisão social e técnica do trabalho, isto é, ao conjunto de especializações necessárias ao funcionamento da sociedade capitalista.

Por ser um trabalhador assalariado, o assistente social vende sua força de trabalho a instituições públicas ou privadas. Seu exercício profissional é condicionado por contratos, normas, recursos, objetivos institucionais e relações hierárquicas. Entretanto, o profissional não atua como mero executor administrativo. Sua formação, sua regulamentação e seus princípios éticos sustentam uma autonomia relativa para analisar demandas e construir respostas profissionais.

▸ Matrizes teóricas tradicionais

Conservadorismo e ajustamento social

As primeiras formulações do Serviço Social receberam forte influência do pensamento católico, especialmente do neotomismo e do humanismo cristão. A sociedade era frequentemente interpretada como um conjunto harmônico, no qual os problemas resultariam de desvios morais, desajustes individuais ou enfraquecimento dos vínculos familiares.

Posteriormente, a influência norte-americana fortaleceu abordagens positivistas, funcionalistas e tecnicistas. Os métodos de caso, grupo e comunidade buscavam diagnosticar problemas e promover a adaptação das pessoas ao ambiente social. Embora tenham contribuído para a sistematização de procedimentos, essas abordagens geralmente não questionavam as estruturas responsáveis pela desigualdade.

As principais formas tradicionais de intervenção podem ser diferenciadas da seguinte maneira:

Abordagem	Unidade de intervenção	Finalidade predominante
Serviço Social de caso	Indivíduo e família	Diagnóstico e ajustamento social
Serviço Social de grupo	Pequenos grupos	Socialização e mudança de comportamentos
Desenvolvimento de comunidade	Comunidades e territórios	Integração e mobilização para o desenvolvimento

▸ Dimensões do exercício profissional

Unidade entre conhecimento, ética e intervenção

O trabalho profissional contemporâneo articula três dimensões indissociáveis. A dimensão teórico-metodológica permite interpretar criticamente a realidade. A dimensão ético-política orienta os valores, as finalidades e os compromissos assumidos. A dimensão técnico-operativa reúne instrumentos e procedimentos utilizados na intervenção.

Não existe instrumento neutro. Uma entrevista, uma visita domiciliar ou um relatório adquirem sentido conforme a concepção de sociedade, os objetivos e os valores que orientam seu uso.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Por isso, a competência profissional não se limita ao domínio de técnicas, mas exige capacidade de investigar a realidade, interpretar suas contradições e formular respostas fundamentadas.

Institucionalização e Movimento de Reconceituação na América Latina e no Brasil

▸ Consolidação do Serviço Social brasileiro

Formação profissional e expansão institucional

A institucionalização do Serviço Social no Brasil ocorreu principalmente a partir da década de 1930, em um contexto de industrialização, crescimento urbano, organização dos trabalhadores e ampliação da intervenção estatal. O governo passou a regulamentar relações trabalhistas e a criar instituições previdenciárias, assistenciais e educacionais.

As primeiras escolas de Serviço Social foram fortemente influenciadas pela Igreja Católica. A formação enfatizava valores cristãos, disciplina moral, defesa da família e harmonização das relações sociais. O trabalho profissional era dirigido principalmente às famílias trabalhadoras, às crianças, aos indivíduos considerados desajustados e às comunidades pobres.

Nas décadas seguintes, o mercado de trabalho ampliou-se em hospitais, instituições previdenciárias, empresas, órgãos públicos e organizações assistenciais. A profissão desenvolveu procedimentos próprios, consolidou sua formação acadêmica e conquistou reconhecimento institucional.

▸ Modernização conservadora

Desenvolvimentismo e racionalização técnica

A partir das décadas de 1950 e 1960, o desenvolvimento econômico passou a ser apresentado como solução para a pobreza latino-americana. O Serviço Social incorporou técnicas de planejamento, administração, pesquisa social e desenvolvimento de comunidade. Buscava-se tornar a atuação mais racional, eficiente e compatível com instituições modernizadas.

Essa modernização, porém, não significou necessariamente uma ruptura com o conservadorismo. Em muitos casos, os problemas sociais continuaram sendo tratados como obstáculos à integração e ao desenvolvimento, sem questionamento das relações de exploração, dependência econômica e concentração de riqueza.

▸ Movimento de Reconceituação

Crítica ao Serviço Social tradicional

O Movimento de Reconceituação surgiu na América Latina durante a década de 1960. Tratou-se de um processo heterogêneo, composto por profissionais, estudantes e intelectuais que questionavam a importação de teorias estrangeiras e a insuficiência dos métodos tradicionais diante das desigualdades latino-americanas.

O movimento buscou relacionar a profissão com a dependência econômica, o imperialismo, a exploração do trabalho e as lutas sociais. Também promoveu aproximações com diferentes correntes críticas, incluindo perspectivas desenvolvimentistas, estruturalistas, cristãs progressistas e marxistas.

No Brasil, a renovação profissional ocorreu sob as condições repressivas da ditadura. Esse processo apresentou direções distintas, que podem ser compreendidas pela seguinte síntese:

Direção de renovação	Característica central
Perspectiva modernizadora	Atualização técnica para atender às exigências institucionais
Reatualização do conservadorismo	Recuperação de valores tradicionais com nova fundamentação
Intenção de ruptura	Crítica ao conservadorismo e aproximação com o marxismo

▸ Construção do projeto profissional crítico

Ruptura, redemocratização e amadurecimento teórico

A intenção de ruptura ganhou consistência com a mobilização dos trabalhadores, a redemocratização brasileira, a renovação universitária e a organização política da categoria. A aproximação com o marxismo permitiu compreender o Serviço Social como trabalho inserido nas relações contraditórias da sociedade capitalista.

O chamado Congresso da Virada simbolizou a contestação das direções conservadoras e a aproximação da categoria com as lutas democráticas e populares. Nas décadas seguintes, consolidou-se um projeto profissional orientado pela defesa da liberdade, da democracia, dos direitos humanos, da justiça social e do enfrentamento das diversas formas de opressão.

Esse projeto não constitui um manual de procedimentos nem elimina divergências profissionais. Ele estabelece uma direção social construída coletivamente e expressa na formação acadêmica, na regulamentação, nos princípios éticos e na atuação das entidades representativas da categoria.

Redimensionamento da profissão diante das transformações societárias

▸ Reestruturação do capitalismo e mudanças no trabalho

Precarização e intensificação da exploração

As transformações ocorridas a partir das últimas décadas do século XX modificaram profundamente a produção, o Estado e as relações de trabalho. A automação, a digitalização, a terceirização e a flexibilização das contratações foram acompanhadas pelo crescimento do desemprego, da informalidade e dos vínculos instáveis.

A financeirização ampliou o poder de bancos, fundos e agentes financeiros sobre empresas e governos. A busca por rentabilidade imediata intensificou a redução de custos, a cobrança por produtividade e a transferência dos riscos econômicos aos trabalhadores. Contratos temporários, trabalho por plataformas, múltiplos vínculos e ausência de proteção social tornaram-se mais frequentes.

Essas mudanças alteram tanto as condições de vida da população atendida quanto as condições de trabalho dos próprios assistentes sociais.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.